



INTERPELAÇÃO ESCRITA

A cobertura da assistência médica gratuita já é bastante alargada, mas, mesmo assim, reconhece-se nas Linhas de Acção Governativa que a “redução do tempo de espera das consultas” é ainda uma das aspirações veementes dos residentes. Os trabalhadores de empresas privadas, as domésticas e os estudantes universitários, quando adoecem e têm de sujeitar-se a intervenções cirúrgicas ou têm de ser hospitalizados no Centro Hospitalar Conde de S. Januário, têm de pagar as respectivas despesas, e o pior é que, quando algum dos seus familiares sofre um acidente ou sofre de doença grave, as despesas são de tal modo exorbitantes que os podem levar à bancarrota de um dia para outro. Mais, os pacientes que reúnem os requisitos para o acesso à assistência médica gratuita, quando postos perante o problema da longa espera e das limitações impostas ao desenvolvimento das especialidades médicas, por ser reduzida a população e poucos os tipos de doenças, optam por receber tratamento à sua própria custa na China ou em Hong Kong, mesmo que para isso tenham de contrair empréstimos, pois é esta a forma mais expedita de conseguirem tratamento mais especializado.

Para os que não beneficiam de assistência médica gratuita, mesmo em plena juventude, podem também deparar-se com acidentes ou sofrer de

IE-2020-05-29-Leong Sun lok (p) (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

doenças que exijam tratamento especializado ou hospitalização, e uma das formas para cobrir os encargos daí resultantes seria a aquisição de seguro de saúde. Os que reúnem os requisitos para o acesso à assistência médica gratuita podem ainda optar por receber tratamento em instituições privadas ou nas regiões vizinhas, se tiverem adquirido seguro de saúde, e, sendo assim, o Centro Hospitalar Conde de S. Januário pode aplicar melhor e mais rapidamente os seus recursos no tratamento dos residentes que não têm condições para o fazer noutros locais.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. As autoridades incumbiram instituições de ensino superior da realização dum estudo sobre o regime de seguro de saúde, cujo relatório foi publicado em Outubro do ano transacto, e no qual se propõe a emissão de vales de seguro. O Governo deve alargar o âmbito de utilização dos vales de saúde, enquanto medida complementar, no sentido de permitir que os residentes os utilizem na aquisição de seguros de saúde. Vai fazê-lo? E vai atribuir benefícios fiscais, para encorajar os residentes que têm capacidade financeira a tomar a iniciativa de adquirir seguros de saúde?
2. A espera por consultas de especialidade é longa, então, de que medidas dispõe o Governo para encurtar o período de espera? O Governo deve, em simultâneo com a constituição da força médica local, estudar formas de cooperação inter-regional, especialmente com os modernos hospitais da Grande Baía, para onde podem ser

IE-2020-05-29-Leong Sun lok (p) (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

encaminhados os doentes que querem ser tratados no exterior,
encurtando-se assim o referido tempo de espera. O Governo vai
fazê-lo?

29 de Maio de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun lok

IE-2020-05-29-Leong Sun lok (p) (fb-apn)